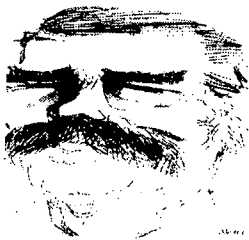


Uma mensagem de Joaquinzão ao Senado dos EUA



O pagamento da dívida externa fez o Brasil perder uma década de desenvolvimento econômico. Esta foi a mensagem do presidente da CGT, Central Geral dos Trabalhadores, Joaquim dos Santos Andrade, ao Senado norte-americano, que realiza uma série de audiências sobre o endividamento externo da América Latina.

Hospitalizado, Joaquinzão não pôde comparecer pessoalmente, ontem, mas mandou um representante, Roberto Santiago, com uma declaração escrita. Nela, o presidente da CGT apoiou a moratória e lem-

brou a exposição do ministro da Fazenda, Dílson Funaro, sobre a transferência de capitais do Brasil para o Exterior através do pagamento dos juros da dívida externa: 153 milhões de dólares nos últimos 17 anos. "A economia brasileira não pode continuar suportando esta transferência sem custos econômicos e políticos."

Joaquinzão denunciou também "pressões" para que o Brasil volte a negociar com o FMI — uma idéia que ele considera "inaceitável para o povo brasileiro" — e protestou contra a "vergonhosa" fuga de capitais do País: "Não vemos nenhuma ação do Fundo sobre os bancos para que não aceitem este dinheiro".

Em sua declaração, Joaquinzão atacou também os "aventureiros dispostos a aproveitar a situação", e condenou a realização

de greves: "Estamos em uma grande luta para restabelecer a democracia em meio à recessão, por isso as greves não nos interessam".

A moratória do Brasil foi comentada também em editorial do **Washington Post**, que sugeriu mudanças na política econômica brasileira. O **Post** afirma que será difícil conseguir ajuda para o Brasil entre as nações industrializadas se o presidente Sarney "continuar tratando de ganhar popularidade com aumentos salariais fatalmente inflacionários". Lembrando a recente conclusão das negociações dos bancos credores com a Argentina, o Chile, o México e a Venezuela, o **Post** decifrou para o Brasil o recado dos bancos: "A ajuda está disponível para os países que tratam de lidar com seus problemas internos e de negociar de boa fé com seus credores".